

AS MADRES DA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL: O MANUAL DE PEETERS E COOMAN

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas¹

Universidade Federal de Sergipe

Jorge Carvalho do Nascimento²

Universidade Federal de Sergipe

A intenção deste estudo é investigar as representações acerca da educação brasileira e da educação feminina veiculadas pelo manual didático das Madres Peeters e Cooman, intitulado **Pequena História da Educação**.

A **Pequena História da Educação**, das madres Francisca Peeters e Maria Augusta Cooman, teve a sua primeira edição publicada em 1936, três anos após a entrada em circulação de **Noções de História da Educação**, de Afrânio Peixoto, o primeiro manual didático de História da Educação produzido no Brasil. O interesse pelos manuais didáticos da disciplina cresceu depois de 1928, em face da sua introdução nos currículos das escolas normais brasileiras. É propósito deste trabalho analisar o manual das madres Peeters e Cooman. O estudo verifica ainda alguns padrões de circulação do manual. O discurso civilizador deste manual valorizava a escola como agência destinada, por excelência, ao cultivo das grandes virtudes, ao fortalecimento dos espíritos, à formação do homem do futuro, o homem consciente.

O êxito da **Pequena História da Educação** pode ser avaliado pelo fato de até a década de 70 do século XX ser o livro adotado nas escolas normais e em alguns cursos de formação de professores oferecidos por universidades brasileiras, em sucessivas edições. O projeto das duas autoras foi explicitado desde a primeira edição: “proporcionar elementos pelos quais os estudantes das escolas normais possam ter uma visão sintética da história da educação e o de salientar, na evolução dos fatos e das doutrinas pedagógicas, a imensa contribuição da Igreja Católica”.

¹ Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. anagbueno@uol.com.br

² Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, Coordenador Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. jocarna@uol.com.br

Pesquisadores como Luciano Mendes Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal apontaram o caráter que teve esse manual como fonte de estudo para outros importantes trabalhos sobre a História da Educação no Brasil. Ruy de Aires Bello e Theobaldo Miranda Santos, em 1945, assumiram o livro aqui analisado como uma das fontes de maior importância para a produção dos manuais de História da Educação que publicaram: **Esboço da História da Educação e Noções de História da Educação**. A **Pequena História da Educação** estuda a Educação brasileira, incorporando importantes fundamentos interpretativos do discurso escolanovista vigorante no Brasil da primeira metade do século XX, e que seriam definitivamente consagrados por Fernando de Azevedo em **A cultura brasileira**, como a idéia segundo a qual a educação popular no Brasil estava dando os primeiros passos.

Religiosas de Santo André, as madres Peteers e Cooman expressam no seu livro características que autores como Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria Galvão identificaram na historiografia educacional. Na **Pequena História da Educação** é possível verificar algumas relações que a disciplina estabelece entre passado, presente e futuro e um importante vício de origem da disciplina: a fragilidade dos limites que estavam estabelecidos entre os campos da História e da Filosofia da Educação, o que transformava a História das idéias pedagógicas numa vertente das mais pesquisadas da História da Educação, privilegiando a obra dos grandes pensadores como fonte desse tipo de investigação.

Aspectos da Estrutura da Pequena História da Educação

O manual está dividido em dezenove capítulos e possui um apêndice intitulado “Esboço Histórico da Educação da mulher em tempos modernos”, composto por duas páginas e meia. O exemplar analisado é da nona edição, publicado pela Edições Melhoramento, dentro da coleção Biblioteca da Educação. Possui 154 páginas, índice detalhado, um prefácio da primeira edição assinado por Lúcio José dos Santos, em 17 de março de 1936, e um outro prefácio da segunda edição, assinado pelas autoras. Antes dos capítulos há uma introdução.

No segundo prefácio, as autoras esclarecem a supressão do capítulo “problemas atuais” e afirmam terem realizado algumas correções de redação e apresentam informações sobre o público leitor e sobre as intenções da referida obra:

Este modesto compêndio não é feito para eruditos. A sua única pretensão é servir às alunas normalistas que desejam noções resumidas sobre os processos educacionais no tempo e no espaço. Longe de completo. Não se

julgo útil pejar um compêndio escolar com nomes que não têm direito algum a foros de pedagogos. Por outro lado, nomes que merecem ser gravados com letras de ouro no frontispício de todos os estabelecimentos de instrução não obtém nos livros, que tratam do assunto, senão uma menção apagada e não raro deturpada. O grande pecado dos católicos hodiernos é não saberem conquistar seu lugar ao sol e deixar as calúnias e a conspiração do silêncio atribuir ao campo adverso todas as iniciativas fecundas e as benemerências educacionais. Saudamos, com toda simpatia nos (sic) que não partilham dos nossos ideais os esforços corajosos para o bem da juventude; mas reivindicamos de cabeça erguida para nossa Religião a primazia neste domínio, como em todos os ramos da atividade espiritual. Toda a obra da civilização é dela, e são legiões os que o confessam lealmente, ainda que não lhe prestem obediência e não lhe reconheçam a origem divina (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 16).

Este segundo prefácio não está datado e no final tem uma pequena observação intitulada “Advertência para a 6ª. edição”, indicando que o texto não foi modificado, apenas foram incluídos trechos de atualização e foram suprimidos alguns erros de impressão. No entanto neste prefácio as autoras se posicionam diante do cenário educacional das primeiras décadas no século XX no Brasil. A luta entre os defensores da pedagogia laica e da pedagogia católica, de alguma forma, fomenta o empenho das autoras em se colocar como produtoras de uma História da Educação, vinculada aos princípios religiosos professados por elas. Poderíamos também nos perguntar se os interlocutores das madres seriam os grupos de protestantes (batistas, metodistas, entre outros) que a cada década do século XX expandiam suas instituições educacionais e formadoras de pastores e lideranças religiosas pelos quatro cantos do país.

Obra indicada para a formação das normalistas, remonta a perspectiva da História da Educação, no final do século XIX e início do século XX, incluída como disciplina nos cursos normais no Brasil. Os capítulos tratam de temas diversos, comuns em outros manuais de História da Educação que circularam pelo país, na primeira metade do século XX no Brasil, conforme relação a seguir:

Capítulo I - A educação no Oriente

Capítulo II – A cultura grega

Capítulo III – A educação em Roma

Capítulo IV – Os primeiros séculos da educação cristã

Capítulo V – A Idade Média. A educação como disciplina

Capítulo VI – A renascença e a educação humanista
Capítulo VII – A Reforma e a Contra-Reforma
Capítulo VIII – A Educação Realista
Capítulo IX – O novo conceito da educação como disciplina
Capítulo X - A tendência naturalista da educação
Capítulo XI – O nascer do estatismo e do nacionalismo na educação
Capítulo XII – A tendência psicológica na educação
Capítulo XIII- O naturalismo científico
Capítulo XIV – A educação individualista no século XX
Capítulo XV – Correntes educacionais derivadas do pragmatismo
Capítulo XVI – A reação espiritualista. A educação social moderna
Capítulo XVII – A reação espiritualista. A defesa dos estudos clássicos
Capítulo XVIII – A psicologia experimental e a pedagogia
Capítulo XIX – Esboço da História da Educação no Brasil
Apêndice

Cada um dos capítulos possui em média seis a dez páginas estando sub-divididos em média de três a cinco temáticas. O último capítulo possui 10 páginas e está sub-dividido em quatro temáticas diferenciadas, destacando a ação dos jesuítas inicialmente e tendo como marcos as mudanças na organização política brasileira:

1. Os primeiros educadores: os jesuítas;
2. A situação do ensino desde o dia da expulsão dos jesuítas e o advento da monarquia
3. A educação no tempo da monarquia
4. A República

Esboço da História da Educação no Brasil

O capítulo XIX do manual das madres Peters e Cooman, dedicado à História da Educação Brasileira é revelador da importância e do caráter que os estudiosos do campo da História da Educação davam ao Brasil como objeto de estudo à época. Do total de 154 páginas do livro, apenas nove delas eram dedicadas ao tema. Destas, três analisavam a ação dos jesuítas e outras três a Educação no Brasil após a proclamação da República, confirmando o convencimento geral existente de que os padres jesuítas teriam fundado a política educacional no Brasil, mas que após a sua expulsão da Companhia de Jesus pelo marquês de Pombal, em 1759 tudo teria ficado inerte sob a política pombalina, assim teria

prosseguido sob a Monarquia e somente com o advento da República o Brasil teria outra vez uma política de Educação consistente.

As autoras colocam em relevo a chegada dos padres ao Brasil em 1549 e as iniciativas do padre Manuel da Nóbrega, inicialmente espalhando padres pelo território a fim de que estes aprendessem a língua indígena e evangelizassem os naturais da terra. Nesse mister sublinham o nome de Aspilcueta Navarro. Também chamam a atenção para a chegada de José de Anchieta em 1553, erudito, poeta e latinista que se fez carpinteiro, sapateiro e alfaiate durante a sua atuação no Brasil. Dedicam boa parte dos comentários sobre os jesuítas ao trabalho que Nobre e Anchieta realizaram em São Vicente, fundando, em 1554, o colégio de Piratininga no dia da conversão de São Paulo (25 de janeiro). As madres assinalam o trabalho de Anchieta como professor de Latim e Português, ensinando aos filhos dos portugueses, aos índios e aos próprios padres. Do mesmo modo, destaca a atuação tiveram os jesuítas na Bahia, no Rio de Janeiro e em Olinda.

Coerentes com o discurso sobre a História da Educação brasileira que se fazia durante a primeira metade do século XX, as madres Peters e Cooman viram na reforma pombalina um movimento que estabeleceu uma espécie de hiato impeditivo de que, em matéria de educação escolar, o Brasil tivesse podido acompanhar as grandes conquistas civilizatórias postas à escola naquele período. Elas partem do entendimento de que “o ódio de Pombal conseguiu destruir tudo. Em 1759, os jesuítas foram expulsos e brutalmente conduzidos a Portugal, onde lhes pagaram com horrendas prisões os benefícios derramados sobre a colônia. Desde então deu-se a derrocada da instrução no Brasil” (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 144).

Em relação à política educacional brasileira durante o Império, as autoras entendem que não obstante as denúncias de vários parlamentares sobre o “péssimo estado em que se encontrava o ensino dos diversos graus... (...) Na prática, porém, nada se fez” (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 145). Todavia, destacaram a implantação no país do método lancasteriano, a partir de 1823; a reforma do ensino de 1827; a instalação das escolas normais; e, a proibição do castigo corporal. Destacaram mais uma vez que para dar eficiência à política educacional brasileira faltavam padres: “Se ao menos a Monarquia tivesse cuidado de chamar os jesuítas e congregações religiosas para ajudar a boa vontade dos poderes públicos, alguma coisa se teria feito. Mas até a República quase nada se fez neste sentido” (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 146).

As madres Peters e Cooman buscam minimizar as mudanças pelas quais a Educação brasileira passou durante o período Imperial. De fato, desde as primeiras décadas

do Império houve uma preocupação por parte do governo em modificar a Instrução dos brasileiros. A Lei de 1827, que não recebeu da parte das autoras comentários mais profundos, é de fato a primeira tentativa no sentido organizar a instrução primária no Brasil oitocentista. É necessário chamar a atenção para o fato de que durante todo o Período Imperial foram várias as iniciativas no sentido de melhorar a instrução no Brasil, das quais as autoras não tomam conhecimento. Elas apenas concluem que,

Em suma, a obra educacional do Império, apesar da incontestável boa vontade de Pedro II, homem culto e progressista, não deu os frutos que se sonhavam. Faltou aos governantes o realismo que faz encarar os problemas à luz das condições sociais do nosso ambiente nacional: faltou sobretudo mão de obra intelectual entre os que deviam educar a juventude (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 147).

Em relação ao período republicano, as autoras foram mais generosas que em face de períodos anteriores da História do Brasil. Começam destacando a fundação do Ministério da Instrução Pública, em 1894. Todavia, manifestam sua indignação contra o laicismo estabelecido pela Constituição da República, em 1891, que “baniu inteiramente o ensino religioso das escolas, bem como a assistência religiosa nos quartéis, nos hospitais e nas prisões, blasonando no entanto da sua intenção de civilizar e de moralizar o Brasil” (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 148).

Por outro lado, enfatizaram que a autonomia que os Estados adquiriram com a República possibilitou a muitos deles, chamados por elas de progressistas, abrirem escolas primárias em muitos pontos. Elogiaram a criação de grupos escolares nas cidades e a multiplicação das escolas normais, enfatizando principalmente o papel desempenhado pelo Estado de São Paulo. Pontuaram ainda alguns benefícios que estava trazendo para o ensino primário a introdução no Brasil dos métodos ativos da Escola Nova, mas registraram a grande influência exercida por John Dewey, ao qual faziam restrições em face do seu entusiasmo pragmatista.

Em relação ao ensino secundário elas elogiaram a seriação dos cursos, estabelecida em 1926 com a reforma Rocha Vaz, afirmando tal reforma marcava “um passo apreciável na senda do progresso” (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 149). Mas, criticaram o que consideravam um certo marasmo existente na situação desse nível de ensino que sob a ótica delas não teria conhecido grandes alterações, condenando principalmente os programas que para elas eram de “extensão exorbitante, muito acima da capacidade normal dos adolescentes” (PEETERS e COOMAN, 1969, p.149). Além disso, entendiam que a reforma Francisco Campos “deu ao estudo das humanidades clássicas um lugar totalmente

insignificante, e uma preponderância enorme à técnica e às ciências exatas” (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 149). Mas, também a reforma comandada por Gustavo Capanema, em 1942, com a entrada em vigor da Lei Orgânica do Ensino foi merecedora da crítica de ambas que, revelando as posições mais ortodoxas defendidas por intelectuais da educação ligados a Igreja Católica, não concordavam com vários pontos da Reforma.

A modificação salutar expressa na Lei Capanema e que abolia a co-educação foi logo suprimida sob a pressão de certas correntes educacionais do país. Aliás, não foram poucas as modificações introduzidas desde 1943 à Lei Capanema; estas lhe enfraqueceram a eficiência e reduziram cada vez mais o estudo do latim. A multiplicação sem freio dos ginásios e colégios e a gratuidade completa do ensino secundário oficial contribuíram para uma crise lastimável do nível educacional, fazendo dum lado escassear os professores idôneos, e doutra parte afluir aos estabelecimentos oficiais jovens desprovidos da cultura elementar necessária (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 149).

Em relação ao ensino superior no período da República, o texto da **Pequena História da Educação** registra a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1934, e a sua fusão na Universidade do Brasil. Indica também a criação das universidades católicas, a partir de 194, mas omite a implantação da Universidade de São Paulo – a USP.

Por fim, as autoras encerram o debate sobre a História da Educação Brasileira apontando a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 4.024, de dezembro de 1961, como um grande avanço, elogiando o substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda. Dizem que as prescrições da lei “são capazes de produzir, mediante uma aplicação honesta, benéficos resultados na formação intelectual da juventude” (PEETERS e COOMAN, 1969, p.146). Mas, lamentam algumas disposições, principalmente a regulamentação quanto a cobrança de taxas e as restrições acerca da transferência de recursos públicos para as instituições particulares de ensino:

está longe do que reclama a verdadeira democracia cristã, assim como a liberdade tão altamente proclamada... (...) Deve-se confessar que só um admirável heroísmo é capaz de levar os pais a preferirem educandário particular à completa gratuidade do ensino. Oxalá venha logo o raiar do dia em que, a exemplo dos países democráticos da Europa, todos os educandos recebam sob criteriosas condições os meios de gozar da liberdade e do direito que lhes atribui a Lei de Diretrizes e Bases.

Esboço Histórico da Educação da mulher em tempos modernos

Este pequeno apêndice ao tratar da educação da mulher afirma a dificuldade para tratar do tema antes da Renascença, pois, segundo as autoras, dois motivos são fundamentais para a falta de documentos sobre os períodos anteriores, “a ausência de ingerência dos governos nas coisas da educação (...) e a vida que levava a mulher de outrora, totalmente dedicada ao lar. A sua educação revestia-se da modéstia e do recato que se opõe à publicidade” (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 152).

As autoras ressaltam as mulheres da aristocracia na Europa renascentista registrando o nome de algumas delas: Margarida de Valois, Madame de Scudéry, Marquesa de Lafayette, Madame de Sévigné e Catherine de Vivonne. A contribuição das ordens religiosas na instrução das jovens é um dos marcos importantes da reflexão das autoras sobre o tema:

O papel das Congregações religiosas é saliente desde o tempo da Renascença. Os antigos claustros monacais transformaram-se aos poucos em casas de educação. A congregação de Santa Úrsula, fundada por Santa Ângela de Merici foi a primeira que teve como escopo exclusivo a educação das donzelas. Desde então, têm-se multiplicado as Congregações religiosas destinadas ao mesmo fim. (...) Todo o século XIX viu o progresso constante dos colégios de religiosas para meninas, muito prósperas apesar das condições financeiras privilegiadas, que o ensino oficial desde então oferecia às famílias (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 153).

Sobre o final do século XIX e início do século XX as autoras destacam o movimento feminista na Inglaterra, e depois da Primeira Guerra nos Estados Unidos, e as pretensões das mulheres de se diplomarem e conseguirem se realizar profissionalmente. Nesse sentido parecem concordar com a ampliação da escolaridade feminina e com a necessidade de formação para o mundo público. Afirmam as mães: “não há quase instituto religioso que se possa furtar ao preparo das moças para uma carreira, quer no comércio, quer no ensino, quer nas carreiras públicas”. Vale a pena ressaltar que até o início da década de 1930, as mulheres eram proibidas de realizar concursos públicos.

A defesa da instrução feminina é recorrente no “esboço histórico” das autoras, sempre embasada na perspectiva da formação católica, criticando a dedicação das mulheres às ciências exatas:

Mais do que nunca deve a mulher, mesmo no regaço do lar, ser fortemente instruída. A vida social transformou-se de tal forma que, para desempenho

normal da sua missão, são necessários conhecimentos vastos. Mas o que lhe é indispensável é, além duma formação religiosa e duma fé inabalável, um espírito bem formado e refletido. Por isso é de lastimar a aplicação integral ao sexo feminino dos programas em que predominam a matemática, a técnica, as ciências exatas. Nesse tempo de especialização, que prejudica ao próprio homem, a defesa e a conservação da cultura geral deveriam pertencer à mulher, de permeio com a salvaguarda dos costumes distintos e corteses que vêm desaparecendo lamentavelmente da nossa sociedade (PEETERS e COOMAN, 1969, p. 154).

Mas a defesa da instrução feminina pelas madres tem um projeto distinto para cada classe social, segundo as autoras À “moça pobre, nada lhe será mais precioso do que a aquisição das virtudes e dos préstimos domésticos, que fazem dela a humilde mas utilíssima obreira da paz social” (PEETERS e COOMAN, 1969, p.154). Assim em um período em que as mulheres brasileiras, já podiam votar e serem votadas, participavam de concursos públicos, eram alunas em diversos cursos superiores, se organizavam em diversos tipos de associação, praticavam esportes, publicavam e editavam jornais e revistas, estavam presentes no exercício de diferentes profissões, as madres defendiam para as suas leitoras privilegiadas, as normalistas, a manutenção da formação para as funções do lar, de forma virtuosa e dedicada, valorizando os princípios católicos.

Considerações Finais

A **Pequena História da Educação**, das madres Maria Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman, expressa perfeitamente o caráter através do qual se constituiu o campo de estudos da História da Educação, tal como o analisam Eliane Marta Teixeira Lopes, Ana Maria Galvão, Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal. Desenvolvida, como disciplina científica, a partir do interesse das escolas normais, dos cursos de Pedagogia e de outros cursos superiores de formação de professores, esse tipo de História da Educação nem sempre se desenvolveu como uma área específica da História, apanhando um viés interpretativo que tem como base a História das Idéias Pedagógicas, privilegiando a obra dos grandes pensadores da Educação.

A **Pequena História da Educação** integrava a coleção “Biblioteca de Educação” publicada pela Editora Melhoramentos, sob direção de Lourenço Filho. Maria Rita de Almeida Toledo estudou essas coleções e esclareceu que elas se voltavam para a formação do professor.

As mães Peteers e Cooman usaram a História para construir um quadro interpretativo sob o qual a política educacional brasileira não fizera nenhum tipo de avanço nos momentos em que a sua direção escapou ao controle da Igreja Católica. Traçaram um percurso da educação no Brasil, elegendo o período jesuítico como sendo o da sua formação. Apontaram na reforma pombalina a destruição da política educacional então existente. E consideraram o período republicano como o momento da reorganização educacional. Os problemas historiográficos não preocupavam as autoras. Contudo, elas estabeleceram parâmetros de estudos sobre História da Educação que foram adotados por pesquisadores que produziram depois delas, como Ruy de Ayres Bello e Theobaldo Miranda Santos. Elas mantinham em comum com outros contemporâneos seus uma forte crença nas potencialidades civilizatórias da Educação, desde que a sua direção estivesse entregue aos representantes do catolicismo.

Referências Bibliográficas

- LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Da sagrada missão pedagógica**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- PEETERS, Madre Francisca; COOMAN, Madre Maria Augusta. **Pequena História da Educação**. 9ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1982)**. São Paulo: EHPS-PUC/SP, 2000. (Tese de doutorado em Educação).
- VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.